

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB2A1-I

O grande número de *bets* que atuam no Brasil tem provocado o aumento extraordinário de apostas, o que tem despertado a preocupação com o crescimento de casos patológicos. Segundo um artigo de pesquisadores da Noruega e Reino Unido, que revisaram dados de 4,6 milhões de pessoas, os apostadores chegam a correr risco atentar contra a própria vida. Especialistas em saúde mental temem que o problema se torne bem mais frequente, em consequência do grande número de plataformas *online* que passaram a atuar no país, a partir de 2018, quando foi sancionada a lei que permitiu a exploração comercial de apostas esportivas e jogos caça-níquel.

Inicialmente, os manuais de diagnóstico médico enquadravam o jogo patológico na categoria dos transtornos de controle do impulso, ao lado da piromania (impulso de atear fogo), da cleptomania (impulso de furtar sem razão aparente) ou de transtorno explosivo intermitente, que causa surtos de agressividade. Com o tempo, estudos realizados em centros de diversos países, entre eles os da USP, mostraram que, no que diz respeito tanto à ativação cerebral quanto ao curso da doença, a relação problemática com o jogo se assemelhava mais às dependências químicas que aos transtornos ligados ao impulso. Em 2013, essa relação passou a ser qualificada como uma dependência induzida pelo comportamento — e não por uma substância química, como no caso do álcool — e recebeu o nome de ludopatia.

No caso de quem desenvolve esse distúrbio, o fator que o provoca é a aposta. Empenhar um valor na expectativa de receber um retorno maior ativa as conexões cerebrais associadas à sensação de gratificação e de recompensa. Nas pessoas com ludopatia, porém, elas parecem não funcionar de maneira adequada. Uma consequência da habituação do organismo é que o apostador passa a ter de jogar mais vezes ou empenhar valores mais elevados.

Além da preocupação com o potencial aumento de adultos com transtorno do jogo, os especialistas em saúde mental estão apreensivos com o que pode ocorrer com as crianças e os adolescentes. Bem antes das febres das *bets*, sabia-se que a frequência de adolescentes que participavam de jogos de azar no Brasil era 6,9% inferior à de países nos quais o jogo era liberado. No entanto, a proporção de jovens que desenvolviam a relação problemática com o jogo era a mesma, 1,6%. Com o cérebro ainda em maturação, os adolescentes tornam-se mais vulneráveis à propaganda, revelando dificuldade em tomar decisões baseadas nas consequências de longo prazo, afirmam os especialistas. E acrescentam que o que se observa, no momento, é a experimentação da sociedade com novas formas de jogos de azar, mas ainda serão necessários muitos anos para descobrirmos o tamanho do problema e, certamente, não será pequeno.

Ricardo Zorzetto; Ana Paula Orlandi. **Os efeitos nocivos dos jogos online.**
In: **Revista FAPESP**, 344, 2024, p. 13-21 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, a respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto CB2A1-I.

- 1 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso o trecho “e recebeu o nome de ludopatia” (final do segundo parágrafo) fosse reescrito como **e recebeu o nome de transtorno do jogo, ou ludopatia**.
- 2 No período “Nas pessoas com ludopatia, porém, elas parecem não funcionar de maneira adequada.” (terceiro parágrafo), o pronome “elas” retoma coesivamente “conexões cerebrais”, expressão empregada no período anterior.
- 3 Entende-se da leitura do texto que o acesso aos jogos de azar pelas plataformas *online* potencializa os efeitos nefastos dessa prática.
- 4 De acordo com o texto, os especialistas em saúde mental verificaram que a ludopatia afeta crianças e adolescentes de forma diferenciada em países em que o jogo é liberado.
- 5 Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso o trecho “mas ainda serão necessários muitos anos para descobrirmos o tamanho do problema e, certamente, não será pequeno” (último parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: **todavia ainda será necessário muitos anos para que descubramos o tamanho do problema, que, certamente, não será pequeno**.
- 6 De acordo com o texto, a partir de 2013, os transtornos causados pelos jogos de azar passaram a ser associados ao controle do impulso, distinguindo-se da dependência química.
- 7 A correção gramatical do primeiro período do texto seria mantida caso se empregasse o sinal indicativo de crase em “a preocupação”.

Espaço livre

Texto CB2A1-II

Nos meses de seca, os raros habitantes daqueles cafundós mexiam-se cavando bebedouros na areia, cortando, em cestos, mandacaru para o gado, que se finava no carrapato. Dobravam-se as redes. As mãos sangravam no trabalho rijo, curavam-se as rachaduras dos pés com sebo derretido na brasa. Nenhuma nuvem toldava os dias compridos; voos sinistros de arribações riscavam o céu azul; os ramos das árvores eram gravetos escuros; as folhas tostavam-se; no chão branco e liso da vazante, abriam-se largas fendas.

Inúteis os cuidados com os bichos moribundos, porque Deus os condenava, e contra as resoluções de Deus ninguém pode. Entretanto meu avô andava para cima e para baixo, furando-se nos espinhos, ordenando, fanhoso e lento, medidas vãs. Sossegaria quando os estragos, completos, abrandassem a cólera divina. Sentar-se-ia de novo na rede, sem credores, isento de culpa. Inquietações e fadigas eram penitência que ele mesmo se impunha. A certeza de proceder bem dava-lhe aquela serenidade perfeita. Cumpria deveres simples, não poderia viver de outra maneira. Tratar do gado, vê-lo multiplicar-se ou diminuir; gerar filhos, criá-los, proporcionar-lhes batismo e casamento, não se afastar muito deles, ampará-los na pobreza e na doença, pôr-lhes a vela na mão, amortalhá-los, conduzi-los ao cemitério e à eternidade. Nenhum pensamento estranho o perturbava, nenhum escrito ia modificar o velho Deus agreste e pastoril.

Graciliano Ramos. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 2022, p. 321-322.

Julgue os itens seguintes, relativos ao texto CB2A1-II.

- 8 Os vocábulos “Inúteis”, “cólera” e “cemitério” são acentuados graficamente devido à mesma regra de acentuação gráfica.
- 9 Entende-se da leitura do texto que as medidas do avô durante os meses de seca eram motivadas pelo temor à cólera divina.
- 10 No texto, os “deveres simples” (segundo parágrafo) que o avô cumpria, voltados para o tratamento do gado e a criação dos filhos, são descritos por formas verbais no infinitivo.
- 11 Em “Sentar-se-ia” (segundo parágrafo), a mesóclise justifica-se pelo emprego do pronome “se” com verbo flexionado no futuro do pretérito do indicativo em início de período.
- 12 No trecho “meu avô andava para cima e para baixo, furando-se nos espinhos, ordenando, fanhoso e lento, medidas vãs” (segundo parágrafo), o segmento “fanhoso e lento” exerce a função sintática de adjunto adverbial de modo.
- 13 A menção, no texto, às redes dobradas, nos meses de seca, é uma referência à impossibilidade de vivenciar momentos de sossego.
- 14 O texto caracteriza-se como narrativo e, nele, o uso do pronome possessivo na expressão “meu avô” (segundo parágrafo) é indicativo de que o narrador é personagem da narrativa.

Acerca de raciocínio lógico e analítico, julgue os itens que se seguem.

- 15 No contexto da lógica proposicional, é correto afirmar que a conclusão do argumento a seguir constitui uma falácia.
 “O segurado será convocado para perícia ou o benefício não será concedido.”
 “O segurado não foi convocado para perícia.”
 “Logo, o benefício será concedido.”
- 16 Suponha que 25% de todos os pedidos de aposentadoria que chegam ao instituto de previdência municipal sejam submetidos a uma revisão especial e que 80% dos pedidos submetidos à revisão especial apresentem atraso na avaliação final. Suponha também que 20% dos pedidos que não são submetidos à revisão especial apresentem atraso na avaliação final. Nessa situação, caso um pedido de aposentadoria seja escolhido aleatoriamente entre aqueles que apresentaram atraso na avaliação final, a probabilidade de ele ter sido submetido à revisão especial é superior a 60%.
- 17 A proposição “Se o pedido estiver acompanhado de todos os documentos obrigatórios, então será encaminhado para o perito.” é logicamente equivalente à proposição “Se o pedido não estiver acompanhado de todos os documentos obrigatórios, então não será encaminhado para o perito.”.
- 18 Considere que, nos quatro primeiros meses do ano, o instituto previdenciário municipal tenha concedido, respectivamente, 120, 135, 150 e 95 benefícios previdenciários. Considere também que a média dos cinco primeiros meses do ano tenha sido superior a 150 atendimentos por mês. Nesse caso, é correto concluir que o número de atendimentos em maio foi superior a 250 atendimentos.

Acerca das funções essenciais à justiça disciplinadas na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens que se seguem.

- 19 É função institucional do Ministério Público exercer atribuições que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe, contudo, constitucionalmente vedado o exercício da representação judicial e da consultoria jurídica de entidades públicas, atividades típicas da advocacia pública.
- 20 As defensorias públicas estaduais são subordinadas hierarquicamente ao Poder Executivo estadual, inclusive no que se refere à elaboração de sua proposta orçamentária, a qual deve ser formulada exclusivamente pelo governador do estado.

Espaço livre

Julgue os seguintes itens, referentes aos princípios fundamentais, aos direitos e deveres individuais e coletivos e à organização político-administrativa do Estado brasileiro, de acordo com o previsto na CF.

- 21 É proibido à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios recusar fé a certidões públicas e criar distinções entre brasileiros.
- 22 Tanto a suspensão compulsória das atividades de uma associação quanto a sua dissolução compulsória dependem de decisão judicial transitada em julgado.
- 23 Mediante ordem judicial escrita e fundamentada, agentes públicos poderão ingressar coercitivamente em residência particular durante o dia ou a noite, ainda que não haja consentimento do morador.
- 24 A concessão de asilo político e o repúdio ao terrorismo e ao racismo figuram entre os princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.
- 25 O contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, são assegurados aos litigantes tanto em processos judiciais quanto em processos administrativos.

Julgue os próximos itens, relativos a programas de correio eletrônico, a processamento de linguagem natural (PLN) e ao método 5W2H.

- 26 No método 5W2H, a etapa Why é destinada ao detalhamento dos procedimentos operacionais que serão executados para a realização da atividade planejada.
- 27 No PLN, a tokenização consiste na divisão de um texto em unidades menores para posterior processamento computacional.
- 28 A técnica de *stemming* tem como finalidade identificar entidades nomeadas presentes em um texto, tais como pessoas, organizações e localidades.
- 29 O método 5W2H é uma ferramenta de planejamento que busca responder sete perguntas fundamentais relacionadas à execução de uma ação, abrangendo aspectos como custo, objetivo, prazo e responsáveis.
- 30 Em programas de correio eletrônico, o protocolo IMAP permite que as mensagens permaneçam armazenadas no servidor, possibilitando sua sincronização entre diferentes dispositivos de acesso.

Julgue os itens subsecutivos, em relação à ética e à moral, bem como ao *compliance* nas organizações públicas.

- 31 A moral tem caráter predominantemente temporal e cultural, variando entre sociedades, enquanto a ética busca fundamentar racionalmente as obrigações humanas universais.
- 32 O rodízio de servidores administrativos em setores de compras públicas fragiliza o controle preventivo, visto que impede a especialização técnica dos agentes na detecção de fraudes.
- 33 Age com ética a servidora que encaminha ao setor de planejamento viário da autarquia municipal em que trabalha sugestões de moradores sobre melhorias no trânsito local.
- 34 Um gestor não causa prejuízo moral à instituição em que trabalha ao criticar as políticas públicas de sua própria secretaria em reunião com fornecedores terceirizados, desde que esta seja realizada a portas fechadas.
- 35 A probidade administrativa constitui valor fundamental do setor público, orientando a conduta do agente para a proteção e a preservação do patrimônio social.

A prefeitura de certo município da Federação concedeu licença à empresa XYZ para o aluguel de patinetes elétricos na cidade. Verificado o aumento de acidentes de trânsito que envolviam os referidos veículos, o prefeito emitiu decisão de cancelamento da autorização para a atividade empresarial, justificada na ausência superveniente de interesse público.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens que se seguem.

- 36 O cancelamento da atividade empresarial produz efeitos apenas para o futuro, de modo que as locações exauridas produzem todos os seus efeitos, não sendo afetadas pelo cancelamento.
- 37 O cancelamento da autorização da atividade empresarial configura anulação do ato administrativo que concedera licença à empresa.
- 38 A justificativa da decisão administrativa de exclusão da atividade com base no interesse público está amparada no princípio administrativo da motivação.
- 39 A licença é considerada ato administrativo negocial discricionário, que reconhece o direito do particular para o exercício de determinada atividade.

A Caixa Econômica Federal, atuando como mandatária da União, firmou com um estado da Federação instrumento administrativo de interesse recíproco com vistas à pavimentação de trecho da rodovia estadual, obra cujo valor foi orçado em R\$ 300.000. No referido instrumento, está prevista a transferência de recursos financeiros federais com a utilização da própria Caixa Econômica Federal como intermediária para a liberação e fiscalização dos valores.

Tendo como base a situação hipotética precedente, julgue os seguintes itens.

- 40 O instrumento administrativo a que a situação hipotética se refere se enquadra na categoria de ato administrativo multilateral.
- 41 A celebração do referido instrumento administrativo é autorizada, porquanto o valor da execução da obra está de acordo com o estabelecido no normativo de regência.
- 42 O referido instrumento administrativo consiste em contrato de repasse.

Julgue os itens a seguir, com base nas Leis n.º 6.288/2002, n.º 7.114/2009 e n.º 8.759/2022, bem como na Lei Complementar n.º 70/2025, todas do estado de Alagoas.

- 43 No estado de Alagoas, o fundo de previdência, o fundo financeiro e o fundo dos militares são incomunicáveis e dotados de natureza pública, identidade fisco-contábil individual, com destinação específica para o pagamento dos benefícios previdenciários correspondentes.
- 44 Para revisão da segregação da massa do regime próprio de previdência social do estado de Alagoas, a transferência de riscos contemplará os segurados e beneficiários vinculados ao fundo financeiro, e a implementação da transferência dos segurados e beneficiários somente ocorrerá após elaboração de estudo técnico atuarial que demonstre a viabilidade financeira e atuarial da medida.
- 45 É vedado à Alagoas Previdência constituir fundos de investimento imobiliários e sociedades de propósito específico para rentabilização ou monetização de seus ativos.
- 46 O segurado da Alagoas Previdência que estiver detido ou recluso perderá automaticamente a condição de segurado caso sua condenação seja proferida por órgão colegiado do Poder Judiciário.

Considerando o disposto na Lei n.º 7.751/2015 e na Lei Complementar n.º 52/2019, julgue os itens que se seguem.

- 47 Pensão por morte concedida em 2021, no âmbito da Alagoas Previdência, não está alcançada pela paridade, devendo ser reajustada pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC).
 - 48 As reuniões dos conselhos deliberativo e fiscal ocorrem tanto de forma ordinária quanto extraordinária, e seus integrantes perceberão, a título de *jeton*, valores por sua participação nas reuniões ordinárias, mas, em nenhuma hipótese, pela participação nas extraordinárias.
 - 49 Os membros dos conselhos deliberativo, fiscal e diretor do Comitê de Investimentos da Alagoas Previdência são individualmente responsáveis, na medida de suas participações, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes da aplicação dos recursos previdenciários em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa, sendo vedada a responsabilidade solidária.
 - 50 O conselho deliberativo, o conselho diretor e o conselho fiscal da Alagoas Previdência são órgãos colegiados, cada um deles com o mesmo número de membros titulares, sendo os dois primeiros nomeados pelo governador do estado, e o terceiro, pelo secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.
-

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Determinada entidade pública firmou convênio com entidade privada com previsão de repasse de recursos públicos. Visando ocultar irregularidades, a empresa, em conluio com o agente público, deixou de prestar contas, mesmo sabendo que era obrigada a fazê-lo. Após denúncia, foi aberta investigação por improbidade administrativa. Em sua defesa, o agente público informou não ter responsabilidade por não ser servidor público concursado. A empresa se defendeu sob o argumento de que não se aplica sanção por improbidade a pessoa jurídica.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, a respeito de convênios e consórcios administrativos e improbidade administrativa.

- 51 A argumentação da empresa é equivocada, pois o particular que celebra convênio com a administração pública se sujeita às sanções previstas na lei que trata da improbidade administrativa, ainda que seja pessoa jurídica.
- 52 Correta a argumentação do agente público, pois, não sendo concursado, ele não responde por ato de improbidade.
- 53 Convênio é o instrumento que dispõe sobre a transferência de recursos públicos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração.
- 54 A não prestação de contas no caso em apreço não configura improbidade porque é mero ato omissivo.
- 55 O descumprimento das normas relativas à prestação de contas constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Determinado cidadão protocolou requerimento administrativo perante a Secretaria de Saúde do estado X, mas não especificou o órgão ou a autoridade administrativa. O servidor público vinculado à Secretaria, de pronto, recusou o recebimento do pedido sem orientar o interessado quanto ao suprimento das falhas. Trinta dias depois, o cidadão interpôs recurso administrativo dirigido à autoridade superior do servidor que recusara o recebimento do seu requerimento.

Tendo a situação hipotética precedente como referência, julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na Lei n.º 9.784/1999.

- 56 É de trinta dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- 57 Equivocado o recurso do cidadão, porquanto ele deveria ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão.
- 58 Secretaria de Saúde é órgão público despersonalizado que integra a estrutura da administração pública direta estadual.
- 59 É vedada à administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- 60 Todo requerimento administrativo inicial do interessado, salvo casos em que se admita solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter a descrição do órgão ou autoridade administrativa a que se dirige.

No que se refere ao sistema tributário nacional e às competências legislativas, julgue os itens a seguir, à luz do entendimento do STF e do texto constitucional.

- 61 É inconstitucional lei estadual que institua pensão especial de natureza assistencial, sem exigência de contribuição prévia, para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, pois tal diploma legal violaria a competência privativa da União para legislar sobre seguridade social.
- 62 É inconstitucional lei municipal que altere o conteúdo das obrigações contratuais dos planos privados de saúde, a exemplo das formas de pagamento das mensalidades, por invadir a competência privativa da União para legislar sobre direito civil e política de seguros.
- 63 A competência privativa da União para legislar sobre seguridade social impede que os estados e os municípios editem normas relativas à previdência social de seus próprios servidores, ainda que essas normas apenas suplementem a legislação federal.
- 64 Os estados e municípios poderão instituir, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, vedada a adoção de alíquotas progressivas.

Em relação aos direitos sociais, julgue os itens subsequentes, considerando a Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento jurisprudencial do STF.

- 65 Lei estadual pode fixar em múltiplos do salário mínimo o valor do adicional de insalubridade devido a seus servidores, pois a vedação constitucional à vinculação do salário mínimo alcança apenas as relações de trabalho regidas pela CLT.
- 66 Suponha que servidores de determinada autarquia previdenciária tenham deflagrado greve em razão do atraso reiterado no pagamento de seus vencimentos. Nessa situação hipotética, é incabível o desconto dos dias de paralisação.

No que se refere aos direitos e interesses das populações indígenas e aos direitos das comunidades remanescentes de quilombos, julgue o item a seguir, conforme a CF.

- 67 As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos integram, igualmente, o patrimônio da União, cabendo às respectivas comunidades a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes.

No que se refere à proteção constitucional da previdência social, julgue os itens que se seguem, à luz do texto constitucional e da jurisprudência do STF.

- 68 A CF proíbe a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- 69 É inconstitucional, por violação ao princípio da igualdade, cláusula de contrato de previdência complementar que, ao prever regras distintas entre homens e mulheres para cálculo e concessão de complementação de aposentadoria, estabeleça benefício de valor inferior para as mulheres, sob o argumento de que seu tempo de contribuição é menor.

Acerca da disciplina constitucional alusiva ao direito financeiro, julgue os itens a seguir.

- 70** O remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro devem ser formalizados por meio de decreto do chefe do Poder Executivo.
- 71** As emendas parlamentares ao projeto da lei orçamentária anual e ao projeto da lei de diretrizes orçamentárias devem ser apreciadas pelo plenário das duas casas do Congresso Nacional.

A respeito da execução do orçamento, julgue os itens seguintes, de acordo com as disposições da Lei n.º 4.320/1964.

- 72** É vedado o empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento.
- 73** Ainda que não se possa determinar o montante da despesa, é imprescindível o prévio empenho, que, nesse caso, deve ser realizado por meio de estimativa.
- 74** É na fase de liquidação de despesas que se verificam a origem e o objeto do que se deve pagar, o montante total e a quem esse valor será pago.

À luz do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), julgue os seguintes itens.

- 75** É vedado o oferecimento em caução de títulos da dívida pública para garantia de empréstimos.
- 76** A realização de transferências voluntárias está condicionada à existência de dotação orçamentária específica do ente transferidor.
- 77** As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social geral e próprio dos servidores públicos não podem ser aplicadas em títulos da dívida pública estadual.

Em relação ao Sistema Tributário Nacional, julgue os itens a seguir, observando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 78** A utilização de medida provisória é incompatível com o exercício, pela União, da competência tributária residual para instituição de imposto não previsto na Constituição Federal de 1988.
- 79** É vedado à União cobrar contribuições previdenciárias sobre remunerações pagas a servidor — incluído aquele ocupante exclusivamente de cargo em comissão — e a empregado público estaduais, quando previsto regime próprio de previdência em âmbito local.
- 80** A entidade autárquica equipara-se constitucionalmente à administração pública direta para fins de imunidade tributária recíproca.

Com base no Código Tributário Nacional (CTN) e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes, referentes ao crédito tributário e à administração tributária.

- 81** O CTN diferencia o nível das garantias do crédito tributário de acordo com a espécie de tributo envolvido, tendo as contribuições previdenciárias e sociais preferência em relação às demais.
- 82** Os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência são considerados extraconcursais.
- 83** Para que seja caracterizada fraude à execução em caso de alienação de imóvel por contribuinte com débito tributário inscrito em dívida ativa, deve ser evidenciado o elemento subjetivo da fraude perpetrada, qual seja, o *consilium fraudis* dos partícipes do negócio jurídico.
- 84** O lançamento tributário por homologação é passível de revisão de ofício pela autoridade administrativa, não influenciando sobre a obrigação tributária os atos anteriores à homologação que tenham sido praticados pelo sujeito passivo com vistas à extinção total ou parcial do crédito.

Acerca dos tributos em espécie, julgue os itens subsequentes.

- 85** De acordo com o entendimento do STF, no caso das contribuições sociais, a ausência de correspondência estrita entre o tributo e o dispêndio a que se destina não contraria o princípio da referibilidade.
- 86** Há previsão constitucional de devolução personalizada do imposto de renda às famílias de baixa renda, em mecanismo denominado *cashback*, voltado ao combate das desigualdades sociais.

Julgue os itens que se seguem, acerca de prescrição e decadência, responsabilidade civil e atos jurídicos.

- 87** O direito potestativo de anulação de negócio jurídico por vício de consentimento está sujeito a prazo prescricional.
- 88** No caso de homicídio de detento sob custódia estatal, a pensão mensal indenizatória deve ser rateada entre a companheira ou cônjuge supérstite e os filhos menores até que estes completem 25 anos, revertendo-se as respectivas quotas aos beneficiários remanescentes.
- 89** A pretensão de reparação de danos decorrentes de inadimplemento contratual submete-se, em regra, ao prazo prescricional de três anos.
- 90** As parcelas vencidas e vincendas de pensão mensal por acidente devem ser corrigidas monetariamente desde a data do evento danoso, com juros de mora, em caso de inadimplemento, a partir de cada vencimento.
- 91** A responsabilidade civil objetiva fundada no risco da atividade configura-se quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano causar a determinada pessoa um ônus maior do que aos demais membros da coletividade.
- 92** O condomínio edilício, embora não possua personalidade jurídica própria, tem legitimidade para demandar indenização por danos morais.
- 93** Não corre a prescrição da ação civil antes da sentença definitiva no juízo criminal, quando a pretensão se originar de fato que deva ser apurado na esfera penal.

Julgue os itens a seguir, com relação a pessoas jurídicas e negócio jurídico.

- 94** O reconhecimento da decadência do direito de pleitear a anulação do negócio jurídico por vício de vontade não impede que sua invalidade seja discutida por outra via.
- 95** A desconsideração da personalidade jurídica deverá ser decretada em caso de encerramento irregular da atividade empresarial, pois trata-se de hipótese em que o abuso da personalidade jurídica é presumido.

Julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto no CPC e o entendimento do STJ acerca de cumprimento de sentença, coisa julgada, ação de improbidade administrativa e recurso especial.

- 96** Contra decisão que nega seguimento ao recurso especial em razão de o acórdão recorrido estar em conformidade com entendimento firmado pelo STJ no julgamento de recursos repetitivos e se limitar a invocar o precedente, sem identificar seus fundamentos determinantes, constitui-se como único recurso cabível o agravo interno, dirigido ao próprio tribunal de origem, sendo incabível qualquer outro recurso.
- 97** A competência da ação de improbidade administrativa é concorrente, cabendo ao autor escolher entre o foro do local do dano e o foro da sede da pessoa jurídica prejudicada.
- 98** Segundo o disposto no CPC, os motivos da decisão, ainda que relevantes, não fazem coisa julgada.
- 99** O deferimento da penhora de faturamento empresarial está condicionado à demonstração da necessidade de prévio esgotamento das diligências para localização de outros bens penhoráveis, respeitada a ordem preferencial de constrição prevista no CPC.

Julgue os itens que se seguem, relativos a embargos de divergência, ação rescisória, poderes das partes e execução, de acordo com as disposições do CPC e o entendimento jurisprudencial do STJ.

- 100** A incidência da multa coercitiva independe de prévia intimação pessoal do devedor para cumprir a obrigação de fazer ou de não fazer especificada na decisão judicial.
- 101** A declaração de hipossuficiência econômica apresentada por pessoa natural goza de presunção absoluta de veracidade, impedindo o magistrado de indeferir o pedido de gratuidade.
- 102** É cabível ação rescisória para desconstituir sentença homologatória de acordo celebrado entre as partes, ainda que a decisão não examine o mérito da controvérsia.
- 103** O Código de Processo Civil admite que sejam confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.

No que diz respeito aos princípios do direito penal e à interpretação da lei penal, julgue os itens a seguir.

- 104** Pelo princípio da consunção, o crime de falso praticado como meio necessário para a consecução de um estelionato é absorvido por este, independentemente de sua potencialidade lesiva autônoma.
- 105** De acordo com o princípio da legalidade, do ponto de vista da reserva legal, a criação de tipos penais incriminadores é matéria de competência exclusiva de lei em sentido estrito, emanada do Poder Legislativo.

Em relação aos parâmetros jurídico-penais da ilicitude e da culpabilidade, julgue os seguintes itens.

- 106** Segundo o disposto no Código Penal brasileiro, a emoção e a paixão, quando intensas e avassaladoras, são causas que permitem a exclusão da imputabilidade penal, isentando o agente de pena.
- 107** Em estado de necessidade, a lei impõe ao agente o dever de buscar a fuga da situação de perigo (*commodus discessus*) se esta for possível sem riscos, ao passo que, na legítima defesa, não há previsão legal quanto à fuga de agressão injusta.

No que diz respeito às penas e à ação penal, julgue os próximos itens.

- 108** No caso de crime complexo em que um dos delitos seja de ação pública incondicionada e o outro, de ação privada, o Código Penal estabelece que a ação penal do crime complexo será condicionada à representação do ofendido.
- 109** A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto, enquanto a pena de detenção deve ser cumprida inicialmente apenas em regime semiaberto ou aberto, salvo necessidade de transferência do detento para o regime fechado.

Em relação aos delitos em espécie da parte especial do Código Penal, bem como aos previstos em leis penais especiais, julgue os itens seguintes.

- 110** A perda do cargo, do mandato ou da função pública é efeito automático da condenação por crime de abuso de autoridade, independentemente de reincidência ou da menção à motivação da perda na sentença.
- 111** No peculato culposo, a reparação do dano após a sentença condenatória transitada em julgado é causa de extinção da punibilidade do agente.

Julgue o item a seguir, à luz das disposições constitucionais acerca de seguridade social.

- 112** De acordo com a Constituição Federal de 1988, nas contribuições sociais devidas pelo empregador, é vedada a adoção de alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho, em observância ao princípio da equidade na forma de participação no custeio.

Julgue os itens que se seguem, acerca do regime geral de previdência social (RGPS).

- 113** Para fins de prorrogação do período de graça, a comprovação da situação de desemprego involuntário pode ser realizada não apenas por meio do registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, mas também por outros meios de prova admitidos em direito, tanto na via administrativa quanto na judicial, sendo insuficiente a mera ausência de anotações de vínculos empregatícios na CTPS ou no CNIS.
- 114** O enteado e o menor tutelado podem ser equiparados a filho para fins previdenciários, mediante declaração do segurado e desde que não possuam condições suficientes para o próprio sustento e educação.
- 115** A existência de dependente de primeira classe exclui do direito às prestações os dependentes das classes seguintes.
- 116** O segurado em gozo de qualquer benefício previdenciário mantém a qualidade de segurado, sem limite de prazo, enquanto estiver recebendo auxílio-acidente.

Julgue os itens a seguir, acerca do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos.

- 117** Para o cálculo da média das remunerações utilizadas como base das contribuições previdenciárias, devem ser considerados apenas os períodos contributivos posteriores ao ingresso do servidor no cargo efetivo em que ocorrer a aposentadoria.
- 118** Se o segurado for afastado de ambos os cargos efetivos acumulados lícitamente para investidura em cargo de provimento em comissão, a contribuição ao RPPS deverá incidir sobre as bases de cálculo dos dois cargos, sob pena de se suspender a contagem do tempo de contribuição no cargo em relação ao qual não tiver havido o recolhimento.
- 119** O servidor público titular de cargo efetivo filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da Federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanece vinculado ao regime próprio de previdência social de origem.
- 120** O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos tem caráter contributivo, sendo financiado exclusivamente pelas contribuições do respectivo ente federativo e dos servidores ativos.
-

Espaço livre
